

## **1 Contexto operacional**

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **2.1 Base de preparação**

#### **(a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018.

#### **(b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo e ou passivo líquido de benefício é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

#### **(c) Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os

valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2 (a, ii) – Controladas;
- Nota explicativa 2.2 (a, iv) – Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture* – *Joint operation*);
- Nota explicativa 8 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 14 (c) – Teste de ágio para verificação de *impairment*;
- Nota explicativa 17 – Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota explicativa 19 – Impostos diferidos.

**(d) Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação suplementar.

## **2.2 Base de consolidação**

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**(i) Participação de acionistas não controladores**

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(ii) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados

inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

**(iii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)**

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

**(v) Perda de controle**

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

**(vi) Coligadas**

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor

contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais (industrial e financeiro) são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

	<b>Denominação</b>	<b>Moeda funcional</b>	<b>País</b>
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China
Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
Pologren Austrália Pty Ltd.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
Volgren Austrália Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
Marcopolo Canadá Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co;Ltd.	MBC	Renminbi	China
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Neobus Chile SPA.	Neobus Chile	Peso Chileno	Chile
NewRoad México S.A. de C.V.	NewRoad	Peso Mexicano	México
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil

San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar Americano	México
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil
Volare Del Peru S.A.C.	Volare Peru	Novo Sol	Peru
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>Denominação</b>	<b>Moeda funcional</b>	<b>País</b>
Kamaz Marco LLC.	Kamaz	Rublo	Rússia
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rúpia	Índia
<b>Coligadas</b>	<b>Denominação</b>	<b>Moeda funcional</b>	<b>País</b>
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Novo Sol	Peru
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
Setbus Soluções Automotivas Ltda.	Setbus	Reais	Brasil
Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
Spheros Thermosystems Colômbia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

## 2.5 Moeda estrangeira

### (a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo; e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

## **(b) Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

## **2.6 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

### **2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.6.2 Ativos financeiros não derivativos – mensuração**

### **(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

### **(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **(c) Empréstimos e recebíveis**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **(d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

### **(e) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo desses ativos, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

## **2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## **2.6.4 Recompra e reemissão de ações – Ações em Tesouraria**

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

## 2.6.5 Redução ao valor recuperável *impairment*

### (a) **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

### (b) **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

### (c) **Ativos classificados como disponíveis para venda**

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.



**(d) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(e) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

**2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

**2.9 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

## 2.10 Imobilizado

### *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

## **2.11 Ativos intangíveis e ágio**

### **(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

### **(b) Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

### **(c) Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e

- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

**(d) Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

**(e) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

**(f) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(g) Amortização**

Exceto pelo *ágio*, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

**2.12 Propriedade para investimento**

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

**2.13 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda

que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **2.15 Determinação do ajuste a valor presente**

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

#### **2.16 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### **2.17 Provisão para garantias**

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

#### **2.18 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego**

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;

- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

## **2.20 Capital social**

### **Ações ordinárias**

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### **Ações preferenciais**

São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

## **2.21 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

**(a) Venda de ônibus**

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

**2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

**2.23 Normas, alterações e interpretações de normas**

**(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 - *Financial Instruments* (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.



**IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

**IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)**

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando os efeitos da norma nas demonstrações financeiras e suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas na nota explicativa 2.1 (c).

## 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

Consolidado				
2017				
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	339.614	41.172	332.336	334.117
Dólares australianos	33.936	32.372	90.527	26.146
Pesos chilenos	-	-	3.993	-
Randes sul-africanos	14.143	3.528	808	808
Renminbis chinês	8.706	10.423	20.262	-
	<u>396.399</u>	<u>87.495</u>	<u>447.926</u>	<u>361.071</u>
Consolidado				
2016				
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	316.507	15.458	322.577	196.797
Dólares australianos	43.023	26.677	74.243	30.480
Randes sul-africanos	20.466	49	842	5.138
Renminbis chinês	18.787	-	15.756	-
	<u>398.783</u>	<u>42.184</u>	<u>413.418</u>	<u>232.415</u>

##### (ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### (iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 33,4% das receitas previstas para 2018, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar

os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 27% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 39.470 (controladora) e R\$ 120.180 (consolidado) em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 29.430 e R\$ 87.893 em 31 de dezembro de 2016) representativos de 9,5% e 8,8%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (6,4% e 6,0% em 31 de dezembro de 2016), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

**(c) Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

		Consolidado			
		2017			
		Fluxo de caixa contratual			
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.940.666	2.175.244	894.605	1.082.033	198.606
Fornecedores	366.399	366.399	366.399	-	-
<b>Passivos financeiros derivativos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2.811	2.811	2.811	-	-

		Consolidado			
		2016			
		Fluxo de caixa contratual			
	Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.299.234	2.616.781	978.687	1.395.853	242.241
Fornecedores	251.454	251.454	251.454	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	492	492	492	-	-

**(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM**

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

<b>Premissas</b>	<b>Efeitos das contas sobre o resultado</b>	<b>Cenário provável (Cenário I)</b>	<b>(Cenário II)</b>	<b>(Cenário III)</b>
CDI - %		6,50	8,13	9,75
TJLP - %		7,00	8,75	10,50
Taxa cambial - US\$		3,30	4,13	4,95
Taxa cambial - Euro		3,90	4,88	5,85
LIBOR - %		1,75	2,19	2,63
Custo do ACC deságio - %		4,04	5,05	6,06
	Aplicações financeiras	57.685	72.095	86.501
	Relações interfinanceiras	81.752	92.709	103.665
	Empréstimos e financiamentos	(111.976)	(196.153)	(280.967)
	Forwards	2.481	(58.031)	(109.583)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	(691)	76.362	153.416
	Ganho/(Perda)	29.251	(13.018)	(46.968)

**4.2 Gestão de capital**

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e

planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*), Dívida líquida/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumariados (Nota 31):

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total dos empréstimos	1.940.666	2.299.234	1.442.663	1.645.904	498.003	653.330
Instrumentos financeiros derivativos	2.811	492	2.811	492	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(958.759)	(1.209.459)	(946.698)	(1.164.763)	(12.061)	(44.909)
Menos: aplicações financeiras	(187.373)	(224.151)	(187.373)	(224.151)	-	-
Menos: instrumentos financeiros derivativos	(445)	(6.498)	(445)	(6.498)	-	-
Dívida líquida (A)	<u>796.900</u>	<u>859.618</u>	<u>310.958</u>	<u>250.984</u>	<u>485.942</u>	<u>608.421</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.928.612</u>	<u>1.868.517</u>	<u>1.694.943</u>	<u>1.636.984</u>	<u>233.669</u>	<u>231.533</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	41	46	18	15	208	263

### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativos</b>		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	445	6.498
Ativos disponíveis para venda		
- Certificados de depósitos bancários	187.373	224.151
	<u>187.818</u>	<u>230.649</u>
Ativos disponíveis para venda		
- Partes relacionadas	14.118	18.817
<b>Passivos</b>		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	2.811	492
	<u>2.811</u>	<u>492</u>

#### 4.4 Outros fatores de risco

A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras, perdas financeiras ou danos à sua imagem tenham ocorrido. Tais procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

#### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

#### (c) Disponível para venda

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

**(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

**(e) Outros passivos financeiros**

- (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do ativo	Consolidado		Consolidado	
	2017		2016	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	1.940.666	1.927.858	2.299.234	2.273.390

- (ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

**(f) Instrumentos financeiros derivativos**

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

**Ativos**

					Valor nocional	Valor justo		Valores a receber	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2017	2017	2016	2017	2016
<u>Marcopolo</u>					USD mil				
	BRADESCO	Venda	26.10.17	16.02.18	5.000	45	773	45	773
	SANTANDER	Venda	26.12.17	24.04.18	10.030	132	3.059	132	3.059
	FIBRA	Venda	11.12.17	17.04.18	5.306	52	1.076	52	1.076
						229	4.908	229	4.908
<u>Masa</u>					USD mil				
	STD	Compra				-	54	-	54
	ABSA	Compra				-	45	-	45
						-	99	-	99
<u>MP Austrália</u>					USD mil				
	WESTERN UNION	Compra	16.10.17	06.12.18	3.800	69	472	69	472
	CITIBANK	Compra				-	17	-	17
					CNY mil				
	CITIBANK	Compra	16.10.17	29.03.18	10.447	95	266	95	266

	CITIBANK	Compra			CHF mil	-	18	-	18
	CITIBANK	Compra	16.10.17	11.10.18	SGD mil 1.240	24	4	24	4
						<b>188</b>	<b>777</b>	<b>188</b>	<b>777</b>
<b><u>San Marino</u></b>	SANTANDER	Venda	07.12.17	16.02.18	USD mil 1.465	9	-	9	-
						<b>9</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>-</b>
<b><u>Ciferal</u></b>	BRADESCO	Venda	03.11.17	15.03.18	USD mil 1.800	19	-	19	-
						<b>19</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>-</b>
<b><u>Polomex</u></b>	MONEX	Compra			USD mil	-	714	-	714
						<b>-</b>	<b>714</b>	<b>-</b>	<b>714</b>
						<b>445</b>	<b>6.498</b>	<b>445</b>	<b>6.498</b>

## Passivos

Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	Valor nacional	Valor justo		Valores a pagar	
					2017	2017	2016	2017	2016
<b><u>Marcopolo</u></b>					USD mil				
	BRADESCO	Venda	23.10.17	20.02.18	5.500	(199)	(182)	(199)	(182)
	SANTANDER	Venda	25.10.17	26.04.18	19.035	(579)	(250)	(579)	(250)
	FIBRA	Venda	27.10.17	29.03.18	10.175	(203)	-	(203)	-
	SAFRA	Venda	07.12.17	22.03.18	1.425	(5)	-	(5)	-
						<b>(986)</b>	<b>(432)</b>	<b>(986)</b>	<b>(432)</b>
<b><u>Ciferal</u></b>	BRADESCO	Venda	27.10.17	17.05.18	USD mil 24.600	(553)	(1)	(553)	(1)
						<b>(553)</b>	<b>(1)</b>	<b>(553)</b>	<b>(1)</b>
<b><u>San Marino</u></b>	SANTANDER	Venda	28.11.17	20.02.18	USD mil 4.605	(110)	-	(110)	-
						<b>(110)</b>	<b>-</b>	<b>(110)</b>	<b>-</b>
<b><u>MP Austrália</u></b>	WESTERN UNION	Compra	16.10.17	16.10.18	USD mil 296	(34)	(10)	(34)	(10)
	CITIBANK	Compra	28.10.17	16.01.18	SGD mil 316	(1)	(1)	(1)	(1)
	CITIBANK	Compra	16.10.17	06.12.18	CHF mil 1.013	(85)	(11)	(85)	(11)
						<b>(120)</b>	<b>(22)</b>	<b>(120)</b>	<b>(22)</b>
<b><u>Masa</u></b>	STD	Compra	22.11.17	31.05.18	USD mil 2.755	(864)	-	(864)	-
	ABSA	Compra	22.11.17	31.05.18	518	(178)	-	(178)	-
						<b>(1.042)</b>	<b>-</b>	<b>(1.042)</b>	<b>-</b>
<b><u>Polomex</u></b>	MONEX	Compra			USD mil 10.500	-	(37)	-	(37)
						<b>-</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>(37)</b>
						<b>(2.811)</b>	<b>(492)</b>	<b>(2.811)</b>	<b>(492)</b>



A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 conforme abaixo:

	Ganhos/perdas realizados			
	Juros sobre derivativos		Variação Cambial sobre derivativos	
	2017	2016	2017	2016
Marcopolo	13.117	10.753	603	12.218
Ciferal	-	-	(810)	-
Volare ES	-	(270)	10	(300)
San Marino	(49)	-	(4.202)	-
Masa	-	-	-	(299)
Polomex	-	-	5.547	-

## 6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

### (a) Controladas

	Percentual de participação					
	2017			2016		
	Direta	Indireta	Não controladores	Direta	Indireta	Não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MBC	100,00	-	-	-	-	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	100,00	-	-
Pologren (1)	-	100,00	-	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	100,00	-	-	75,00	25,00
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
San Marino	100,00	-	-	100,00	-	-
Rotas do Sul (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
San Marino México (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
NewRoad (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
Neobus Chile (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Peru	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-

(1) Consolida na MP Austrália.

(2) Consolida na San Marino.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de

negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;

- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)**

	Percentual de participação			
	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
GB Polo	-	-	49,00	-
Kamaz	50,00	-	50,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	1,00	49,00	1,00	49,00
Metalsur (1)	-	25,50	-	25,50
Marsa (1)	-	-	-	50,00
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39
TMML	49,00	-	49,00	-

(1) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na Loma;

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Kamaz	1.249	5.473	1.709	10.577	73	2.315	(732)	570
Loma	256.199	227.120	193.291	159.214	471.143	371.993	16.800	15.588
Superpolo	228.628	216.494	140.986	137.731	172.209	249.748	18.016	14.794
TMML	197.134	188.822	143.614	147.791	268.086	244.842	8.729	4.547

**(c) Coligadas (não consolidadas)**

	Percentual de participação			
	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
GB Polo	20,00	-	-	-
Mercobus	40,00	-	40,00	-
New Flyer	-	10,47	-	10,81
Setbus	25,10	21,96	25,10	21,96
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (1)	-	40,00	-	40,00
WSul	30,00	-	30,00	-

(1) Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Receita líquida</u>		<u>Lucro (prejuízo)</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GBPollo	20.044	54.299	28.576	73.919	28.793	45.446	(4.529)	(27.186)
Mercobus	3.914	6.989	621	1.786	8.447	11.330	2.485	4.680
Setbus	13.605	11.349	26.454	24.978	17.150	2.460	781	(2.430)
Spheros	125.776	82.207	48.651	31.274	166.813	159.558	25.648	18.503
WSul	11.170	12.475	1.253	1.852	24.661	23.750	3.293	4.360

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Apolo Soluções em Plásticos Ltda. – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Moneo Investimentos S. A. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

- Banco Moneo S. A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

San Marino Ônibus Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- San Marino Bus de México S. A. de C.V. – Controlada integral, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.
- NewRoad México S.A. de C.V. – Controlada integral, localizada no México, tem por objeto acoplamento de carrocerias e comercialização de peças.
- Neobus Chile SPA. – Controlada integral, localizada no Chile, tem por objeto a comercialização de produtos e peças.

Ilmot International Corporation. – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S. A. de C. V. – localizada em Monterrey, Nuevo León, México, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

- Superpolo S.A.S. – localizada na Colômbia, com participação de 29,39% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Auto Componentes Co. – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd. – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austrália. A MP Austrália tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- Pologren Austrália Holdings Pty Ltd. – Controlada, localizada em Melbourne, Austrália. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
  - Volgren Austrália Pty Limited. – localizada em Melbourne, Austrália, com participação de 75% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co;Ltd. – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto o desenvolvimento e fabricação de carrocerias e componentes para ônibus.

Marcopolo Canadá Holdings Corp. – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte coligada:

- New Flyer Industries Inc. – localizada no Canadá, com participação de 10,47% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

Marcopolo International Corp. – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo South África Pty Ltd. – Controlada integral, localizada em Johannesburg, África do Sul, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Trading S. A. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

Superpolo S.A.S. – localizada na Colômbia, com participação de 20,61% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Syncroparts Com e Distr. de Peças Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades.

Volare Veículos Ltda. – Controlada integral, localizada em São Matheus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda. – Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

Volare Del Perú S.A.C. – Controlada integral, localizada no Peru, e tem por objeto o comércio de veículos bem como peças e acessórios.

GB Polo Bus Manufacturing S. A. E. – Coligada, com participação de 20% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Kamaz Marco LLC. – Coligada, com participação de 50% localizada em Moscow, Federação da Rússia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Loma Hermosa S. A. – Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S.A. – Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. – Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Tata Marcopolo Motors Limited. – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Mercobus S.A.C. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

Setbus Soluções Automotivas Ltda. – Coligada, com participação direta de 25,10% e participação indireta de 21,96% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Setbus tem por objeto soluções automotivas.

Spheros Climatização do Brasil S. A. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Spheros tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- Spheros México S. A. de C. V. – Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colômbia Ltda. – Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda. – Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WSul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano moldados e seus derivados.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

### 7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	26.138	24.954	49.157	30.821
No exterior	190	138	99.805	118.441
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	713.201	891.903	809.797	1.022.078
No exterior	-	-	-	38.119
Total do caixa e equivalente de caixa	<u>739.529</u>	<u>916.995</u>	<u>958.759</u>	<u>1.209.459</u>

(\*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 98% e 102% do CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

## 7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>				
Mantidos para negociação				
Derivativos – mercado a termo ( <i>Non Deliverable Forwards</i> )	229	4.908	445	6.498
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários (*)	187.289	222.997	187.373	224.151
	<u>187.518</u>	<u>227.905</u>	<u>187.818</u>	<u>230.649</u>
<b>Não circulante</b>				
Disponíveis para venda				
Partes relacionadas	14.616	24.966	14.118	18.817
	<u>14.616</u>	<u>24.966</u>	<u>14.118</u>	<u>18.817</u>

(\*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 100% e 100,25% do CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 100,05% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

## 8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>				
No mercado nacional	151.266	178.047	253.066	250.288
No mercado externo	227.575	226.943	390.600	408.433
Partes relacionadas	39.611	58.206	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	267.862	315.934
Ajuste a valor presente	(2.017)	(3.051)	(2.727)	(4.599)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.470)	(29.430)	(87.491)	(69.240)
	<u>376.965</u>	<u>430.715</u>	<u>821.310</u>	<u>900.816</u>
<b>Não circulante</b>				
No mercado externo	-	-	15.673	-
Relações interfinanceiras	-	-	445.789	500.296
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(32.689)	(18.653)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>428.773</u>	<u>481.643</u>
	<u>376.965</u>	<u>430.715</u>	<u>1.250.083</u>	<u>1.382.459</u>

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valores a vencer	310.603	310.137	1.155.439	1.242.492
Vencidos:				
Até 30 dias	30.214	31.841	53.185	47.912
Entre 31 e 60 dias	5.663	5.461	14.304	12.075
Entre 61 e 90 dias	2.348	3.433	15.350	7.560
Entre 91 e 180 dias	5.639	13.123	27.662	40.169
Acima de 181 dias	63.985	99.201	107.050	124.743
Ajuste a valor presente	(2.017)	(3.051)	(2.727)	(4.599)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.470)	(29.430)	(120.180)	(87.893)
	<u>376.965</u>	<u>430.715</u>	<u>1.250.083</u>	<u>1.382.459</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(32.572)	(77.588)
Provisão registrada no exercício	(2.056)	(28.298)
Reversão de provisão contra contas a receber ( <i>write-off</i> )	6.063	16.951
Variação cambial	(865)	1.042
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(29.430)	(87.893)
Provisão registrada no exercício	(10.040)	(38.135)
Reversão de provisão contra contas a receber ( <i>write-off</i> )	-	(140)
Variação cambial	-	5.988
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(39.470)</u>	<u>(120.180)</u>

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Reais	149.390	203.772	853.684	983.676
Dólar Americano	227.575	226.943	339.614	316.507
Dólar Australiano	-	-	33.936	43.023
Rande	-	-	14.143	20.466
Renminbi	-	-	8.706	18.787
	<u>376.965</u>	<u>430.715</u>	<u>1.250.083</u>	<u>1.382.459</u>

## 9 Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Produtos acabados	73.467	65.475	114.125	104.192
Produtos em elaboração	43.802	40.817	114.639	116.790
Matérias-primas e auxiliares	118.856	101.316	282.213	222.404
Adiantamentos a fornecedores e outros	4.990	7.821	18.421	35.647
Provisão para perdas nos estoques	(2.248)	(3.313)	(8.034)	(6.976)
	<u>238.867</u>	<u>212.116</u>	<u>521.364</u>	<u>472.057</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(857)	(7.328)
Reversão de provisão	741	7.247
Provisão registrada no exercício	(3.197)	(8.339)
Variação cambial	-	1.444
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(3.313)	(6.976)
Reversão de provisão	4.171	7.578
Provisão registrada no exercício	(3.106)	(8.409)
Variação cambial	-	(227)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.248)	(8.034)

## 10 Impostos e contribuições a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	44.717	25.087	62.535	40.271
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	1.753	6.835	3.558	9.889
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	14.528	12.819	14.993	13.152
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	30.983	25.073	51.403	36.904
Programa de Integração Social (PIS)	1.265	1.335	9.353	4.409
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	5.185	3.419	42.135	19.863
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	362	7.780	986	8.431
Reintegra	14.804	3.849	17.107	4.807
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	26.190	26.234
Outros	-	65	14	73
	<u>113.597</u>	<u>86.262</u>	<u>228.274</u>	<u>164.033</u>
<b>Não circulante</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	735	444	1.661	5.584
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	-	11.231
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	-	2.878
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	8	202
	<u>735</u>	<u>444</u>	<u>1.669</u>	<u>19.895</u>
	<u>114.332</u>	<u>86.706</u>	<u>229.943</u>	<u>183.928</u>

## 11 Investimentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Controladas	1.298.290	1.108.839	-	-
Controladas em conjunto	106.500	88.874	101.807	81.571
Coligadas	35.142	22.216	275.045	227.383
Outros investimentos	-	-	151	120
	<u>1.439.932</u>	<u>1.219.929</u>	<u>377.003</u>	<u>309.074</u>



**(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas**

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

Controladas																			
																		Total	
	Apolo	Ciferal	Ilmot	Mac	MBC	MP Austrália	Masa	MIC	Moneo	MP Canadá	Polomex	San Marino	Sincro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	Volare Peru	2017	2016
			(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	(2)					(1)		
<b>Dados dos Investimentos</b>																			
Capital social	3.750	20.000	50.934	14.099	1.890	58.134	8.356	4.630	100.000	169.739	29.151	233.505	4.000	3.000	186.127	11.000	708		
Patrimônio líquido ajustado	3.849	151.070	102.532	(4.874)	1.890	58.344	59.067	1.339	234.607	290.186	109.584	228.434	5.362	6.980	147.162	4.543	477		
Ações ou quotas possuídas	3.250.000	499.953	50.000	1	1	100	100.000	1.400.000	100.000	4.925.530	3.011.659	7.478.482	1	3.450.103	19.980	999	999		
% de participação	65,00	99,99	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	3,61	100,00	99,99	99,99	99,90	99,90	99,90		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(45)	3.406	32.075	(13.734)	-	5.258	(138)	(201)	2.847	56.850	38.310	(39.363)	291	411	(11.609)	(240)	(830)		
<b>Movimentação dos investimentos</b>																			
<b>Saldos iniciais:</b>																			
Pelo valor patrimonial	2.466	147.657	106.175	5.575	-	53.235	52.267	1.526	232.436	246.889	4.273	116.074	5.070	6.666	122.485	4.778	1.267	1.108.839	1.197.584
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	152.505	-	-	36.127	-	-	188.632	90.000
Integralização de capital	65	-	-	3.629	1.890	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.584	73.734
Aquisição conforme combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.934
Dividendos recebidos	-	-	(37.275)	-	-	-	-	-	(676)	-	(1.759)	-	-	(98)	-	-	-	(39.808)	(347.888)
Resultado de equivalência patrimonial	(29)	3.406	32.075	(13.734)	-	5.258	(138)	(201)	2.847	56.850	1.383	(39.363)	291	411	(11.597)	(240)	(829)	36.390	243.635
Ajustes acumulados de conversão	-	-	1.557	(344)	-	4.887	6.938	14	-	758	59	(782)	-	-	-	-	39	13.126	(142.743)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.027)
Resultado abrangente de controlada	-	-	-	-	-	(5.036)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.036)	-
Transferência de controlada em conjunto para controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.738
Variação cambial sobre redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.363)
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.311)	-	-	-	-	-	-	-	(14.311)	(71.765)
Saldos finais:	2.502	151.063	102.532	(4.874)	1.890	58.344	59.067	1.339	234.607	290.186	3.956	228.434	5.361	6.979	147.015	4.538	477	1.293.416	1.108.839
Provisão para perda de investimento	-	-	-	4.874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.874	-
Pelo valor patrimonial	2.502	151.063	102.532	-	1.890	58.344	59.067	1.339	234.607	290.186	3.956	228.434	5.361	6.979	147.015	4.538	477	1.298.290	1.108.839
(1) Empreendimentos no exterior.																			
(2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.																			

## Empreendimentos controlados em conjunto:

	Empreendimentos controlados em conjunto						Total	
	GBPol	Kamaz	Loma	Metalpar	Superpolo	TMML	2017	2016
	(1)	(1)	(1),(2)	(1)	(1)	(1)		
Dados dos investimentos								
Capital social	7.465	8.840	17.261	9.841	14.314	88.032		
Patrimônio líquido ajustado	(8.533)	(460)	62.908	30.700	87.642	53.520		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	1	15.949.948	473.995	265.763	24.500		
% de participação	49,00	50,00	50,00	1,00	20,61	49,00		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.529)	(732)	16.800	5.400	18.016	8.729		
Movimentação dos investimentos								
Saldos iniciais:								
Pelo valor patrimonial	(9.614)	(2.552)	64.404	298	16.233	20.105	88.874	172.395
Integralização de capital	7.676	2.693	-	-	-	-	10.369	-
Dividendos recebidos	-	-	(5.770)	-	(2.291)	-	(8.061)	(1.445)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.600)	(366)	8.400	54	3.713	4.277	12.478	(15.823)
Ajustes acumulados de conversão	1.357	(5)	(5.129)	(45)	408	1.843	(1.571)	(19.515)
Transferência de controlada em conjunto para coligada/controlada	4.181	-	-	-	-	-	4.181	(46.738)
Saldos finais:	-	(230)	61.905	307	18.063	26.225	106.270	88.874
Provisão para perda de investimento	-	230	-	-	-	-	230	-
Pelo valor patrimonial	-	-	61.905	307	18.063	26.225	106.500	88.874
Ágio sobre investimento	-	-	(30.451)	-	-	-	(30.451)	(30.451)
Participação indireta - Superpolo	-	-	-	-	25.758	-	25.758	23.148
Pelo valor patrimonial consolidado	-	-	31.454	307	43.821	26.225	101.807	81.571
(1) Empreendimentos no exterior.								
(2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.								

## Coligadas:

	Coligadas						Total	
	GBPol	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	New Flyer	2017	2016
	(1)	(1)				(1)		
Dados dos investimentos								
Capital social	7.465	237	15.000	1.000	6.100	2.200.612		
Patrimônio líquido ajustado	(8.533)	3.293	77.125	(12.849)	9.917	2.291.337		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	232	244.898	25.100	1.830.000	6.587.834		
% de participação	49,00	40,00	40,00	25,10	30,00	10,47		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.529)	2.485	25.648	781	3.293	510.735		
Movimentação dos investimentos								
Saldos iniciais:								
Pelo valor patrimonial	-	2.077	20.373	(3.421)	3.187	-	22.216	15.650
Dividendos recebidos	-	(1.682)	-	-	(1.200)	-	(2.882)	(1.837)
Resultado de equivalência patrimonial	-	994	10.259	196	988	-	12.437	9.857
Ajustes acumulados de conversão	-	(72)	218	-	-	-	146	(1.454)
Transferência de controlada em conjunto para coligada/controlada	(4.181)	-	-	-	-	-	(4.181)	-
Saldos finais:	(4.181)	1.317	30.850	(3.225)	2.975	-	27.736	22.216
Provisão para perda de investimento	4.181	-	-	3.225	-	-	7.406	-
Pelo valor patrimonial	-	1.317	30.850	-	2.975	-	35.142	22.216
Participação indireta - New Flyer	-	-	-	-	-	239.903	239.903	205.167
Pelo valor patrimonial	-	1.317	30.850	-	2.975	239.903	275.045	227.383
(1) Empreendimento no exterior.								

## 12 Propriedade para investimento

É constituída de um terreno de 140.000m<sup>2</sup> e área construída de 20.378,87m<sup>2</sup>, localizado em Três Rios, no Rio de Janeiro e está mensurado pelo seu valor contábil no valor de R\$ 50.708. A propriedade para investimento não está sendo utilizada nas atividades operacionais da empresa e é mantida para auferir aluguel ou para valorização do capital. No decorrer do exercício 2017 não houve renda proveniente do imóvel, apenas gastos com vigilância, seguro e energia. O valor justo deste imóvel é de R\$ 64.459 líquido de despesas de comercialização, determinado por um avaliador especializado.

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	48.941	-
Reclassificação de imobilizado	1.767	48.941
Saldo em 31 de dezembro	50.708	48.941

## 13 Imobilizado

### (a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e construções</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de computação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	18.071	108.360	75.976	3.809	5.906	3.004	175	6.591	221.892
Adições	4	408	4.093	198	888	69	-	2.723	8.383
Baixas	-	(5)	(613)	(17)	(22)	(15)	-	(138)	(810)
Transferências	(1)	3.527	(657)	-	-	-	-	(2.869)	-
Depreciações	-	(3.811)	(12.808)	(559)	(2.133)	(583)	-	-	(19.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>18.074</u>	<u>108.479</u>	<u>65.991</u>	<u>3.431</u>	<u>4.639</u>	<u>2.475</u>	<u>175</u>	<u>6.307</u>	<u>209.571</u>
Custo do imobilizado	18.074	185.764	203.412	9.222	19.934	7.042	175	6.307	449.930
Depreciação acumulada	-	(77.285)	(137.421)	(5.791)	(15.295)	(4.567)	-	-	(240.359)
Valor residual	<u>18.074</u>	<u>108.479</u>	<u>65.991</u>	<u>3.431</u>	<u>4.639</u>	<u>2.475</u>	<u>175</u>	<u>6.307</u>	<u>209.571</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.074	108.479	65.991	3.431	4.639	2.475	175	6.307	209.571
Adições	-	1.898	24.584	344	2.491	147	-	954	30.418
Baixas	-	(17.352)	(7.314)	(390)	(58)	(596)	-	(3)	(25.713)
Transferências	-	908	1.185	-	-	-	-	(2.093)	-
Depreciações	-	(3.648)	(11.167)	(692)	(2.044)	(408)	-	-	(17.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>18.074</u>	<u>90.285</u>	<u>73.279</u>	<u>2.693</u>	<u>5.028</u>	<u>1.618</u>	<u>175</u>	<u>5.165</u>	<u>196.317</u>
Custo do imobilizado	18.074	164.794	206.864	8.802	21.109	5.879	175	5.165	430.862
Depreciação acumulada	-	(74.509)	(133.585)	(6.109)	(16.081)	(4.261)	-	-	(234.545)
Valor residual	<u>18.074</u>	<u>90.285</u>	<u>73.279</u>	<u>2.693</u>	<u>5.028</u>	<u>1.618</u>	<u>175</u>	<u>5.165</u>	<u>196.317</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	10,9	11,0	16,6	19,2			

**(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado**

	<b>Terrenos</b>	<b>Prédios e construções</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Equipamentos de computação</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outras imobilizações</b>	<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	22.927	298.870	182.428	9.075	7.640	6.972	3.490	29.938	561.340
Efeito cambial	(70)	(386)	(5.268)	(196)	-	(524)	(632)	-	(7.076)
Adições	154	17.654	45.425	593	1.081	1.056	541	5.770	72.274
Aquisição de investimento	40.997	59.627	41.987	1.650	-	3.946	785	3.373	152.365
Baixas	-	-	(2.443)	(50)	(42)	(431)	(337)	(613)	(3.916)
Transferências	21.532	12.796	7.548	(185)	(113)	(9)	218	(17.374)	24.413
Reclassificado para propriedade para investimento	(22.892)	(23.958)	(2.091)	-	-	-	-	-	(48.941)
Depreciações	-	(5.892)	(29.638)	(1.390)	(2.510)	(1.779)	(981)	-	(42.190)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>62.648</b>	<b>358.711</b>	<b>237.948</b>	<b>9.497</b>	<b>6.056</b>	<b>9.231</b>	<b>3.084</b>	<b>21.094</b>	<b>708.269</b>
Custo do imobilizado	62.648	466.477	533.695	22.814	23.280	20.618	16.241	21.094	1.166.867
Depreciação acumulada	-	(107.766)	(295.747)	(13.317)	(17.224)	(11.387)	(13.157)	-	(458.598)
<b>Valor residual</b>	<b>62.648</b>	<b>358.711</b>	<b>237.948</b>	<b>9.497</b>	<b>6.056</b>	<b>9.231</b>	<b>3.084</b>	<b>21.094</b>	<b>708.269</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	62.648	358.711	237.948	9.497	6.056	9.231	3.084	21.094	708.269
Efeito cambial	139	937	1.647	159	-	120	69	-	3.071
Adições	4.068	3.963	35.195	720	2.542	1.304	637	4.036	52.465
Baixas	-	(17.389)	(9.706)	(509)	(62)	(3.920)	(164)	-	(31.750)
Transferências	(6.348)	11.173	4.342	(133)	-	(132)	20	(8.922)	-
Reclassificado para propriedade para investimento	-	-	(1.767)	-	-	-	-	-	(1.767)
Depreciações	-	(9.684)	(25.862)	(1.440)	(2.371)	(1.772)	(804)	-	(41.933)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>60.507</b>	<b>347.711</b>	<b>241.797</b>	<b>8.294</b>	<b>6.165</b>	<b>4.831</b>	<b>2.842</b>	<b>16.208</b>	<b>688.355</b>
Custo do imobilizado	60.507	457.539	554.733	23.059	24.480	15.009	17.313	16.208	1.168.848
Depreciação acumulada	-	(109.828)	(312.936)	(14.765)	(18.315)	(10.178)	(14.471)	-	(480.493)
<b>Valor residual</b>	<b>60.507</b>	<b>347.711</b>	<b>241.797</b>	<b>8.294</b>	<b>6.165</b>	<b>4.831</b>	<b>2.842</b>	<b>16.208</b>	<b>688.355</b>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	10,9	11,0	16,6	19,2	13,0		

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

(c) **Garantia**

Em 31 de dezembro de 2017, propriedades com valor contábil residual de R\$ 44.464 (R\$45.829 em 31 de dezembro de 2016) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

(d) **Pavilhão plásticos**

Em 03 de setembro de 2017, ocorreu um incêndio na fábrica de plásticos (unidade de Ana Rech). O valor residual dos ativos baixados foi de R\$ 24.485, montante coberto por seguro.

**14 Intangível**

(a) **Síntese da movimentação do intangível da controladora**

	<i>Softwares</i>	<b>Marcas registradas e licenças</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	5.538	36	5.574
Adições	315	-	315
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(1.847)	(11)	(1.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>4.006</u>	<u>25</u>	<u>4.031</u>
Custo do intangível	50.489	338	50.827
Amortização acumulada	<u>(46.483)</u>	<u>(313)</u>	<u>(46.796)</u>
Valor residual	<u>4.006</u>	<u>25</u>	<u>4.031</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.006	25	4.031
Adições	678	13	691
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(1.341)	(7)	(1.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.343</u>	<u>31</u>	<u>3.374</u>
Custo do intangível	50.896	351	51.247
Amortização acumulada	<u>(47.553)</u>	<u>(320)</u>	<u>(47.873)</u>
Valor residual	<u>3.343</u>	<u>31</u>	<u>3.374</u>
Taxas anuais de amortização - %	11,1	8,7	

(b) **Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado**

	<u>Softwares</u>	<u>Marcas registradas e licenças</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Outros Intangíveis</u>	<u>Ágios</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Efeito cambial	(586)	-	(196)	(1.919)	(34.712)	(37.413)
Adições	934	-	336	-	30.739	32.009
Aquisição de investimentos	1.760	945	-	1.363	-	4.068
Baixas	(11)	-	-	(336)	(66.724)	(67.071)
Transferências	-	-	8.775	(8.775)	-	-
Amortizações	(3.127)	(11)	(4.240)	(123)	-	(7.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>8.839</u>	<u>970</u>	<u>7.748</u>	<u>1.243</u>	<u>215.889</u>	<u>234.689</u>
Custo do intangível	66.832	1.283	26.881	3.315	215.889	314.200
Amortização acumulada	<u>(57.993)</u>	<u>(313)</u>	<u>(19.133)</u>	<u>(2.072)</u>	<u>-</u>	<u>(79.511)</u>
Valor residual	<u>8.839</u>	<u>970</u>	<u>7.748</u>	<u>1.243</u>	<u>215.889</u>	<u>234.689</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.839	970	7.748	1.243	215.889	234.689
Efeito cambial	38	-	721	-	12.690	13.449
Adições	1.290	33	118	379	-	1.820
Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(25.618)	(25.618)
Transferências	309	-	-	(309)	-	-
Amortizações	<u>(2.910)</u>	<u>(7)</u>	<u>(443)</u>	<u>(139)</u>	<u>-</u>	<u>(3.499)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.566</u>	<u>996</u>	<u>8.144</u>	<u>1.174</u>	<u>202.961</u>	<u>220.841</u>
Custo do intangível	68.141	1.316	29.556	1.939	202.961	303.913
Amortização acumulada	<u>(60.575)</u>	<u>(320)</u>	<u>(21.412)</u>	<u>(765)</u>	<u>-</u>	<u>(83.072)</u>
Valor residual	<u>7.566</u>	<u>996</u>	<u>8.144</u>	<u>1.174</u>	<u>202.961</u>	<u>220.841</u>
Taxas anuais de amortização - %	13,6	8,7	25,0	20,0		

Composição do ágio:	<u>Ágios</u>				
	<u>Loma</u>	<u>San Marino</u>	<u>New Flyer</u>	<u>Pologren</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	30.451	30.739	45.504	109.195	215.889
Efeito cambial	-	-	3.912	8.778	12.690
<i>impairment</i>	-	-	-	(25.618)	(25.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>30.451</u>	<u>30.739</u>	<u>49.416</u>	<u>92.355</u>	<u>202.961</u>

(c) **Teste de ágio para verificação de *impairment***

(i) **Ágio do empreendimento controlado em conjunto – Loma**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Loma no montante de R\$ 30.451. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes: (i) margem bruta de 23,36%, (ii) taxa de crescimento de 16,97 % a.a. e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 16,89% a.a. (antes dos impostos de 25,26% a.a.), e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõem a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento

1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

**(ii) Ágio da controlada direta – San Marino**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na San Marino no montante de R\$ 30.739. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor justo (nível 3), pois contempla sinergias operacionais com ativos da controladora Marcopolo que foram consideradas na época de aquisição, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes: (i) margem bruta de 18,79%, (ii) taxa de crescimento de 27,37 % a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 9,28% a.a. (antes dos impostos de 12,71% a.a.), e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

**(iii) Ágio da controlada indireta – Pologren**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R\$ 92.355. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de 5 anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes: (i) margem bruta de 17,06%, (ii) taxa de crescimento de 7,23% a.a., e (iii) taxa de desconto de 10,45% a.a. (antes dos impostos de 14,16% a.a.), e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* no montante de R\$ 25.618 em 31 de dezembro de 2017, reconhecido na rubrica “outras despesas operacionais” (Nota 27). O *impairment* leva em consideração a geração de caixa da UGC abaixo das projeções elaboradas pela Administração, bem como um desempenho de sua receita líquida realizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 inferior ao orçamento elaborado no ano anterior (31 de dezembro de 2016). Este fator resultou na necessidade de revisão das receitas projetadas para o período incluído no fluxo preparado para a avaliação da necessidade de *impairment* sobre o ágio desta UGC e contribuiu significativamente para o resultado desta avaliação. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade das premissas adotadas: (i) se a margem bruta projetada fosse 1% inferior, a Companhia teria reconhecido *impairment* de R\$ 61.689, (ii) se a taxa de crescimento fosse 1% inferior, a Companhia teria reconhecido *impairment* de R\$ 68.738, e (iii) se a taxa de desconto fosse 1% superior, a Companhia teria reconhecido *impairment* de R\$ 47.874. Os cenários projetados com margem bruta e taxa de crescimento 1% superior, e taxa de desconto 1% inferior não resultariam na necessidade de reconhecimento de *impairment*.

**(iv) Ágio da coligada indireta – New Flyer**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na New Flyer no montante de R\$ 49.416. A New Flyer é uma companhia de capital aberto, tendo suas ações (sob a sigla NFI) negociadas na bolsa de valores do Canadá. O valor recuperável foi calculado pelo valor justo (nível 1), considerando a cotação das ações da coligada indireta em 31 de dezembro de 2017 (57,81 dólares canadenses), comparado com o valor contábil (na época de aquisição 10,50 dólares canadenses). O valor recuperável foi comparado com contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa.



## 15 Partes relacionadas

### (a) Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Saldos ativos por mútuo e conta-corrente</b>	<b>Saldos passivos por mútuo e conta-corrente</b>	<b>Contas a receber por vendas</b>	<b>Contas a pagar por compras</b>	<b>Vendas de produtos/serviços</b>	<b>Compras de produtos/serviços</b>	<b>Receitas financeiras</b>	<b>Despesas financeiras</b>
Apolo	-	-	-	263	-	-	-	-
Ciferal	-	16	9.928	193	32.487	1.497	1	1
GB Polo	11.860	-	11.965	-	3	-	1.333	-
Kamaz	496	-	-	-	-	-	-	-
Ilmot	498	-	-	-	-	-	28	-
Loma	-	-	16.425	-	76.362	-	-	-
Mac	-	-	3.081	79	1.775	6.503	-	-
Masa	-	-	6.995	63	25.631	-	-	-
Moneo	-	2	-	-	-	-	1	1
Polomex	-	-	6.032	-	67.430	-	-	-
San Marino	-	-	1.024	-	2.920	3.781	-	-
Setbus	1.762	-	-	26	-	3.921	178	-
Spheros	-	-	-	8.791	-	95.333	-	-
Superpolo	-	-	3.087	-	11.913	-	-	-
TMML	-	-	4.393	-	6.806	-	-	-
Volare Veículos	-	-	7.355	11	11.611	1.724	50	-
Volare Comércio	-	-	4.474	113	16.580	-	-	1
Volare Peru	-	-	-	-	-	-	-	-
WSul	-	-	-	4.652	-	28.163	-	-
Saldo em 2017	<u>14.616</u>	<u>18</u>	<u>74.759</u>	<u>14.191</u>	<u>253.518</u>	<u>140.922</u>	<u>1.591</u>	<u>3</u>
Saldo em 2016	<u>24.966</u>	<u>20</u>	<u>81.186</u>	<u>5.682</u>	<u>231.023</u>	<u>48.636</u>	<u>5.998</u>	<u>1</u>

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<b>2017</b>				
	<b>Fixa</b>	<b>Variável</b>	<b>Plano de aposentadoria</b>	<b>Pagamento com base em ações</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração e diretores estatutários	7.987	5.331	90	127	<b>13.535</b>
Diretores não estatutários	10.281	2.292	152	225	<b>12.950</b>
	<u>18.268</u>	<u>7.623</u>	<u>242</u>	<u>352</u>	<u><b>26.485</b></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram exercidas as opções de compra de 55.555 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 2,70 por ação com um desconto de R\$ 0,17 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 129.129 ações ao valor de R\$ 2,65 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

	2016				
	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.457	8.079	102	82	16.720
Diretores não estatutários	7.516	7.264	237	47	15.064
	15.973	15.343	339	129	31.784

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram exercidas as opções de compra de 682.989 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 1,85 por ação com um desconto de R\$ 0,19 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

## 16 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Moeda nacional						
FINAME	5,88	2018 a 2025	11.763	11.157	28.442	31.396
Empréstimos bancários	9,61	2018 a 2021	618	-	19.747	56.341
Depósitos interfinanceiros	6,91	2021	-	-	499	50.485
FINEP	5,07	2020 a 2025	238.653	203.881	303.009	275.826
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	-	-	132.073	143.489
Fundepar - ES	-	2026	-	-	30.000	30.000
Exim	6,03	2017	-	-	-	31.887
Pré-embarque especial (*)	12,16	2018	177.198	276.509	177.198	276.509
Notas de créditos exportação - Compulsório	8,72	2018 a 2019	304.268	387.038	304.268	387.038
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	3,96	2018	-	-	48.011	59.333
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	4,05	2018 a 2022	228.362	228.558	230.847	228.558
Notas de créditos exportação - USD	3,90	2018 a 2022	53.478	24.462	53.478	34.686
Financiamento em randes	9,03	2019 a 2022	-	-	808	842
Financiamento em renminbi	6,55	2018	-	-	20.262	15.756
Financiamento em dólares australianos	3,54	2018	-	-	90.527	74.243
Financiamento em pesos chilenos	14,03	-	-	-	3.993	-
Partes relacionadas	CDI	-	18	20	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.014.358	1.131.625	1.443.162	1.696.389
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré-fixadas	4,95	2024	-	-	240.876	429.156
BNDES – Operações Pós-fixadas	TJLP + 1,79	2021 a 2023	-	-	227.752	143.389
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,89	2021 a 2022	-	-	28.876	30.300
Subtotal de captações no mercado aberto			-	-	497.504	602.845
Subtotal de empréstimos e financiamentos			1.014.358	1.131.625	1.940.666	2.299.234
Instrumentos financeiros derivativos			986	432	2.811	492
Total de empréstimos e financiamentos			1.015.344	1.132.057	1.943.477	2.299.726
Passivo circulante			446.244	397.879	833.882	925.554
Passivo não circulante			569.100	734.178	1.109.595	1.374.172

(\*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
De 13 a 24 meses	417.325	396.711	609.573	602.298
De 25 a 36 meses	47.119	235.924	174.679	384.050
De 37 a 48 meses	24.001	37.715	107.160	134.223
De 49 a 60 meses	23.587	14.918	68.487	66.913
Após 60 meses	57.068	48.910	149.696	186.688
	<u>569.100</u>	<u>734.178</u>	<u>1.109.595</u>	<u>1.374.172</u>

**(a) Empréstimos e financiamentos**

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 44.464 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 45.829 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia detém empréstimo bancário garantido no montante de R\$ 37.795 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 190.290 em 31 de dezembro de 2016). De acordo com os termos do contrato, esse empréstimo será pago em parcelas no próximo ano. Contudo, os contratos possuem cláusulas restritivas “Covenants”, que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Os mesmos foram atendidos.

**(b) Captações no mercado aberto**

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	<b>Valor de face (futuro)</b>		<b>Valor justo (presente)</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
De 1 a 12 meses	207.188	246.832	183.442	223.587
De 13 a 24 meses	160.003	178.698	144.253	162.211
De 25 a 36 meses	104.304	124.831	96.151	115.448
Após 36 meses	77.463	106.522	73.658	101.599
	<u>548.958</u>	<u>656.883</u>	<u>497.504</u>	<u>602.845</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

**(c) Conciliação da dívida**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Empréstimos bancários</b>	<b>Derivativos</b>	<b>Captações Mercado Aberto</b>	<b>Total</b>
<b>Dívida em 31 de dezembro de 2016</b>	1.645.904	492	653.330	<b>2.299.726</b>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(295.430)	2.319	(192.469)	<b>(485.580)</b>
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados e variações cambiais	92.189	-	37.142	<b>129.331</b>
<b>Dívida em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>1.442.663</u>	<u>2.811</u>	<u>498.003</u>	<u><b>1.943.477</b></u>

## Provisão para contingências

### (a) Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

Natureza	Controladora			
	2017		2016	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	964	20.978	964	18.881
Trabalhista	28.949	47.791	14.357	28.452
Tributário	21.809	276.081	14.973	211.156
	<u>51.722</u>	<u>344.850</u>	<u>30.294</u>	<u>258.489</u>
Natureza	Consolidado			
	2017		2016	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	4.883	21.420	2.007	19.323
Trabalhista	37.026	51.240	18.084	29.011
Tributário	22.861	332.034	15.254	259.377
	<u>64.770</u>	<u>404.694</u>	<u>35.345</u>	<u>307.711</u>
Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cível	1.102	980	4.762	3.753
Trabalhista	14.948	5.652	18.318	7.665
Tributário	2.315	2.132	11.071	8.167
	<u>18.365</u>	<u>8.764</u>	<u>34.151</u>	<u>19.585</u>

### (i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

### (ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

• **Provisionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Reintegra – apropriação de crédito (i)	592	545	592	545
Regime Fiscal Especial – crédito tributário (ii)	12.757	11.435	12.757	11.435
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)	5.350	-	5.350	-
Outras contingências	3.110	2.993	4.162	3.274
	<b>21.809</b>	<b>14.973</b>	<b>22.861</b>	<b>15.254</b>

- (i) Contingência relativa a crédito de Reintegra – contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012.
- (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.
- (iii) Contingência atinente à discussão dos procedimentos adotados para compensação do imposto de renda pago no exterior.

• **Não provisionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	7.317	6.962	7.317	6.962
COFINS – pedido de restituição (i)	21.475	20.060	21.475	20.060
PIS, COFINS – crédito	8.490	7.898	8.490	7.898
PIS – compensações (ii)	14.264	13.074	14.264	13.074
IPI – crédito	1.776	1.709	1.776	1.709
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.881	2.763	2.881	2.763
IRPJ e CSLL – Saldo Negativo (iii)	16.970	15.877	16.970	15.877
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (iv)	28.845	26.885	28.845	26.885
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior	1.015	3.303	1.015	3.303
IRPJ e CSLL – lucros do exterior (v)	90.230	36.169	90.230	36.169
DCP – Atualização monetária (vi)	26.669	24.422	26.669	24.422
Reintegra – Compensação (vii)	15.269	14.143	15.269	14.143
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (viii)	-	-	35.237	34.162
ICMS – documentos fiscais inidôneos (ix)	15.527	14.531	15.527	14.531
ISS - serviços tomados de terceiros	5.852	5.389	5.852	5.389
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.504	6.422	4.504	6.422
Outras contingências de menor valor	14.997	11.549	35.713	25.608
	<b>276.081</b>	<b>211.156</b>	<b>332.034</b>	<b>259.377</b>

- (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.
- (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul.
- (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre créditos DCP, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(ix) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

#### **(b) Contingências ativas**

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza	Consolidado			
	2017		2016	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	14.376	13.546	13.283	12.515
Previdenciário	-	2.958	-	2.733
	<u>14.376</u>	<u>16.504</u>	<u>13.283</u>	<u>15.248</u>

#### **(i) Contingências tributárias**

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

#### **(ii) Contingências previdenciárias**

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

### Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2017 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 5.111 (R\$ 6.975 em 2016). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(249.931)	(244.008)	(252.744)	(246.707)
Valor justo dos ativos do plano	283.394	256.669	286.575	259.524
Superávit não sujeito a reembolso ou redução nas contribuições futuras	(33.463)	(12.661)	(33.831)	(12.817)
Passivo a ser reconhecido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foi contabilizado em 31 de dezembro de 2017.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Contribuições dos participantes do plano	7.801	9.713	7.880	9.825
Perdas (ganhos) atuariais	(7.801)	(9.713)	(7.880)	(9.825)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	256.669	219.711	259.524	222.042
Contribuição dos patrocinadores	7.801	9.713	7.880	9.825
Contribuição dos empregados	175	260	175	261
Benefícios pagos	(13.115)	(11.900)	(13.224)	(11.984)
Retorno esperado dos ativos do plano	<u>31.864</u>	<u>38.885</u>	<u>32.220</u>	<u>39.380</u>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Em 31 de dezembro	283.394	256.669	286.575	259.524

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Em 1º de janeiro	244.008	196.773	246.707	198.861
(Ganhos) perdas atuariais	212	32.227	208	32.574
Custo dos serviços correntes	(7.033)	2.472	(7.093)	2.559
Custo financeiro	25.684	24.176	25.971	24.436
Contribuições dos empregados	175	260	175	261
Benefícios pagos	(13.115)	(11.900)	(13.224)	(11.984)
Em 31 de dezembro	249.931	244.008	252.744	246.707

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custo dos serviços correntes	(7.033)	2.472	(6.949)	2.559
Custo financeiro	(269)	(426)	(271)	(431)
Total incluído nos custos de pessoal	(7.302)	2.046	(7.220)	2.128

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• **Hipóteses econômicas**

	<b>Percentual a.a.</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Taxa de desconto (*)	9,93	10,86	9,93	10,86
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,93	10,86	9,93	10,86
Aumentos salariais futuros	6,75	7,37	6,75	7,37
Inflação	4,25	4,85	4,25	4,85

(\*) A taxa de desconto é composta de: inflação 4,25% a.a. mais juros 5,45% a.a para o ano de 2017 (inflação de 4,85% a.a. mais juros de 5,73% a.a. para o ano de 2016).

• **Hipóteses demográficas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Tábua de mortalidade	AT 2000(*)	AT 2000(*)	AT 2000(*)	AT 2000(*)
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

(\*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.



## • Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (9,93% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2017.

- Total	249.931
---------	---------

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2017.

		<u>Análise de Sensibilidade</u>	<u>Efeito no VPO</u>
Taxa de desconto	10,93%	1% de aumento	(27.678)
Taxa de desconto	8,93%	1% de redução	34.272

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade.

Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

## 19 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo (passivo)				
Provisão para assistência técnica	17.161	19.375	19.150	21.512
Provisão para comissões	21.298	28.414	23.047	30.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.414	5.999	61.313	47.752
Provisão para participação nos resultados	25.403	40.687	25.403	40.687
Provisão para contingências	51.722	30.293	86.278	52.846
Provisão para perdas nos estoques	2.249	3.313	7.125	6.256
Provisão para serviços de terceiros	11.300	10.190	11.300	10.190
Provisão para rescisões contratuais	15.366	28.823	15.366	28.823
Estoques não realizados	4.639	9.392	4.679	9.392
Ajuste a valor presente	1.264	1.654	2.804	1.654
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social				
(Mais valia de combinação de negócio)	-	-	-	(24.413)
(Depreciação fiscal)	(28.983)	(32.067)	(28.983)	(32.067)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	758	(4.476)	758	(4.476)
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	44.024	-
Outras provisões	8.065	10.100	(1.132)	16.913
Base de cálculo	144.656	151.697	271.132	205.232
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>49.183</u>	<u>51.577</u>	<u>92.185</u>	<u>69.779</u>

### (b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
De 13 meses em diante	49.183	51.577	92.185	69.779
	<u>49.183</u>	<u>51.577</u>	<u>92.185</u>	<u>69.779</u>

**(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	83.129	271.949	92.973	370.237
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	<u>28.264</u>	<u>92.463</u>	<u>31.611</u>	<u>125.881</u>
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(14.573)	(2.032)	-	-
Juros sobre capital próprio	(5.790)	(40.267)	(5.790)	(40.267)
Reintegra	4.296	-	4.296	-
Participação dos administradores	(1.770)	(2.691)	(1.770)	(2.691)
Preço de transferência	-	1.797	-	1.797
IR/CS sobre resultados no Exterior	-	-	-	981
Prejuízo fiscal de empresas controladas	-	-	9.013	55.307
Efeito da adesão ao PERT (i)	-	-	(22.818)	-
Outras adições (exclusões)	<u>532</u>	<u>3.291</u>	<u>(3.681)</u>	<u>6.683</u>
	<u>10.959</u>	<u>52.561</u>	<u>10.861</u>	<u>147.691</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(8.565)	(61.743)	(33.267)	(142.369)
Diferido	<u>(2.394)</u>	<u>9.182</u>	<u>22.406</u>	<u>(5.322)</u>
	<u>(10.959)</u>	<u>(52.561)</u>	<u>(10.861)</u>	<u>(147.691)</u>
Alíquota efetiva - %	13	19	13	40

- (i) Os efeitos retratados nesta linha decorrem da contabilização do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados que foram utilizados para a quitação de débito tributário observando o preceito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória nº 783/2017 e regulamentado pela IN 1.748 e pela portaria PGFN nº 970/2017.

**20 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 925.196.009 (925.196.009 em 31 de dezembro de 2016) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 586.570.265 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 328.387.006 (340.542.666 em 31 de dezembro de 2016) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

**(b) Reservas**

**(i) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**(ii) Reservas estatutárias**

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- . Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

**(c) Ações em tesouraria**

Corresponde ao entesouramento de 4.699.801 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,6379 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 250.100 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R\$ 2,6589 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 495. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 21.797. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

**21 Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos**

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 17.028 (R\$ 118.432 em 2016) sendo pagos a partir de 30 de março de 2018, na razão de R\$ 0,0185 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 5.790 (R\$ 40.267 em 2016), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	72.170	219.388
Reserva legal (5%)	(3.609)	(10.969)
Base de cálculo para dividendos	68.561	208.419
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	17.140	52.105
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	-	66.327
Total de dividendos propostos pela Administração	17.140	118.432
Dividendos intermediários pagos	-	52.105
Dividendos propostos e pagos adicionais ao mínimo obrigatório	-	66.327
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	17.028	118.432
Imposto de renda na fonte (15%)	(2.554)	(17.765)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	535	3.672
Valor líquido dos juros creditados	15.009	104.339
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	15.009	104.339

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

## 22 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

		<b>Consolidado</b>	
<b>Natureza do ativo</b>	<b>Valor patrimonial</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Estoques, prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	772.746	878.630
Veículos	Colisão e responsabilidade civil	35.448	36.033
		808.194	914.663

## 23 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2017, avais e/ou fianças no montante de R\$ 10.493 (R\$ 15.965 em 31 de dezembro de 2016), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R\$ 44.464 (R\$ 45.829 em 31 de dezembro de 2016) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências.

## 24 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2017, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2017 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2018.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficiência Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Custo dos produtos e serviços vendidos	15.488	25.825	17.243	26.922
Despesas com vendas	2.808	8.406	2.871	8.474
Despesas de administração	2.378	5.603	3.264	5.815
	<u>20.674</u>	<u>39.834</u>	<u>23.378</u>	<u>41.211</u>

## 25 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Vendas brutas de produtos e serviços	1.897.123	1.805.986	3.199.231	2.874.909
Impostos sobre vendas e devoluções	(226.129)	(223.803)	(323.238)	(300.816)
Receita líquida	<u>1.670.994</u>	<u>1.582.183</u>	<u>2.875.993</u>	<u>2.574.093</u>

## 26 Despesas por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Matérias-primas e materiais de consumo	930.890	927.852	1.700.980	1.547.881
Serviços de terceiros e outros	129.854	143.008	265.615	212.665
Remuneração direta	379.852	357.631	650.970	573.384
Remuneração dos administradores	13.118	16.089	13.118	16.089
Participação dos empregados nos lucros e resultados	20.674	39.834	23.378	41.211
Encargos de depreciações e amortizações	19.307	21.752	45.432	49.691
Despesas com previdência privada	4.867	6.848	5.111	6.975
Outras despesas	104.818	49.976	103.596	106.621
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas administrativas.	<u>1.603.380</u>	<u>1.562.990</u>	<u>2.808.200</u>	<u>2.554.517</u>

## 27 Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Reestruturação interna	(11.557)	-	(14.136)	-
Custos fixos decorrente do incêndio	(17.742)	-	(17.742)	-
Provisão para desvio de recursos na Marcopolo China	(16.436)	-	(16.436)	-
Alienação de ações da New Flyer	-	-	-	268.133
IOF – Impostos sobre operações financeiras	(694)	(1.771)	(866)	(1.329)
Indenizações trabalhistas	(14.561)	(21.629)	(16.512)	(21.629)
Reestruturação da rede de vendas	-	(25.908)	-	(32.705)
Outras despesas	(4.272)	(16.109)	(14.705)	(22.114)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	<u>(65.262)</u>	<u>(65.417)</u>	<u>(80.397)</u>	<u>190.356</u>

## 28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	1.671	11.904	5.658	9.994
Juros sobre derivativos	13.420	12.500	14.317	12.500
Rendas de aplicações financeiras	92.479	115.952	102.833	129.421
Variação cambial	87.346	327.359	112.792	358.541
Variação cambial sobre derivativos	16.715	39.968	26.098	40.578
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	21.409	20.199	30.321	26.500
	233.040	527.882	292.019	577.534
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(81.025)	(77.760)	(99.034)	(94.967)
Juros sobre derivativos	(303)	(1.747)	(1.249)	(2.017)
Variação cambial	(91.331)	(305.077)	(112.469)	(342.415)
Variação cambial sobre derivativos	(16.112)	(27.750)	(24.950)	(28.959)
Despesas bancárias	(8.518)	(13.085)	(13.490)	(16.224)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(16.279)	(21.959)	(22.107)	(26.658)
	(213.568)	(447.378)	(273.299)	(511.240)
Resultado financeiro, líquido	19.472	80.504	18.720	66.294

## 29 Lucro por ação

### (a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas	72.170	219.388
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	920.496	897.143
Lucro por ação	0,0784	0,2445

### (b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas	72.170	219.388
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	920.496	897.143
Ajustes de:		
Exercício das opções de compra de ações	4.700	4.950
Lucro por ação	0,0780	0,2432

**Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento**

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

**Balanços patrimoniais**

	<b>Consolidado</b>		<b>Industrial</b>		<b>Financeiro</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo</b>						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	958.759	1.209.459	946.698	1.164.550	12.061	44.909
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	187.373	224.151	187.373	224.151	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	445	6.498	445	6.498	-	-
Contas a receber de clientes	821.310	900.816	558.154	587.635	263.156	313.181
Estoques	521.364	472.057	521.364	472.057	-	-
Outras contas a receber	333.650	243.757	291.596	195.542	42.054	48.215
	<u>2.822.901</u>	<u>3.056.738</u>	<u>2.505.630</u>	<u>2.650.433</u>	<u>317.271</u>	<u>406.305</u>
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	14.118	18.817	14.118	18.817	-	-
Contas a receber de clientes	428.773	481.643	15.673	-	413.100	481.643
Outras contas a receber	129.553	110.098	118.560	101.874	10.993	8.224
Investimentos	377.003	309.074	377.003	309.074	-	-
Propriedades para investimentos	50.708	48.941	50.708	48.941	-	-
Imobilizado	688.355	708.269	688.105	707.914	250	355
Ágio e intangível	220.841	234.689	220.417	234.331	424	358
	<u>1.909.351</u>	<u>1.911.531</u>	<u>1.484.584</u>	<u>1.420.951</u>	<u>424.767</u>	<u>490.580</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>4.732.252</u>	<u>4.968.269</u>	<u>3.990.214</u>	<u>4.071.384</u>	<u>742.038</u>	<u>896.885</u>
<b>Passivo</b>						
Circulante						
Fornecedores	366.399	251.454	366.399	251.454	-	-
Empréstimos e financiamentos	831.071	925.062	647.130	650.990	183.941	274.072
Instrumentos financeiros derivativos	2.811	492	2.811	492	-	-
Outras contas a pagar	418.985	484.716	408.619	472.694	10.366	12.022
	<u>1.619.266</u>	<u>1.661.724</u>	<u>1.424.959</u>	<u>1.375.630</u>	<u>194.307</u>	<u>286.094</u>
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.109.595	1.374.172	795.533	994.914	314.062	379.258
Outras contas a pagar	74.779	63.856	74.779	63.856	-	-
	<u>1.184.374</u>	<u>1.438.028</u>	<u>870.312</u>	<u>1.058.770</u>	<u>314.062</u>	<u>379.258</u>
Participação dos acionistas não controladores	<u>29.843</u>	<u>32.108</u>	<u>29.843</u>	<u>32.108</u>	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>1.898.769</u>	<u>1.836.409</u>	<u>1.665.100</u>	<u>1.604.876</u>	<u>233.669</u>	<u>231.533</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>4.732.252</u>	<u>4.968.269</u>	<u>3.990.214</u>	<u>4.071.384</u>	<u>742.038</u>	<u>896.885</u>

## Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Operações						
Receita líquida de vendas e serviços	2.875.993	2.574.093	2.840.440	2.521.950	35.553	52.143
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.472.347)	(2.248.335)	(2.472.347)	(2.248.335)	-	-
Lucro bruto	403.646	325.758	368.093	273.615	35.553	52.143
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(168.734)	(140.920)	(154.905)	(120.135)	(13.829)	(20.785)
Despesas administrativas	(167.119)	(165.262)	(151.033)	(149.064)	(16.086)	(16.198)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(80.397)	190.356	(80.014)	192.117	(383)	(1.761)
Resultado de equivalência patrimonial	86.857	94.011	86.857	94.011	-	-
Lucro operacional	74.253	303.943	68.998	290.544	5.255	13.399
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	292.019	577.534	292.019	577.534	-	-
Despesas financeiras	(273.299)	(511.240)	(273.299)	(511.240)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social	92.973	370.237	87.718	356.838	5.255	13.399
Imposto de renda e contribuição social	(10.861)	(147.691)	(8.407)	(141.611)	(2.454)	(6.080)
Lucro líquido do exercício	82.112	222.546	79.311	215.227	2.801	7.319

## 31 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>82.112</b>	<b>222.546</b>	<b>79.311</b>	<b>215.227</b>	<b>2.801</b>	<b>7.319</b>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	45.432	49.691	45.166	49.431	266	260
Ganho (perda) na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis	33.359	(198.659)	33.350	(198.662)	9	3
Baixa de imobilizado por sinistro	24.485	-	24.485	-	-	-
Equivalência patrimonial	(86.857)	(94.011)	(86.857)	(94.011)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.127	22.629	16.138	4.723	15.989	17.906
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.860	147.691	8.406	141.611	2.454	6.080
Juros e variações apropriados	120.100	(40.194)	82.958	(78.108)	37.142	37.914
Participações dos não controladores	9.942	3.158	9.942	3.158	-	-
Variações nos ativos e passivos						
Redução em contas a receber de clientes	108.090	252.309	5.511	172.666	102.579	79.643
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	49.849	(13.859)	49.849	(13.859)	-	-
Redução (aumento) nos estoques	(40.364)	1.399	(40.364)	1.399	-	-
(Aumento) redução em outras contas a receber	(109.024)	(13.551)	(112.416)	(4.752)	3.392	(8.799)
Aumento (redução) em fornecedores	109.725	(29.480)	109.725	(29.480)	-	-
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(61.635)	3.687	(62.749)	(6.905)	1.114	10.592
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>328.201</b>	<b>313.356</b>	<b>162.455</b>	<b>162.438</b>	<b>165.746</b>	<b>150.918</b>
Impostos sobre o lucro pagos	(33.267)	(142.369)	(28.043)	(122.860)	(5.224)	(19.509)



	<b>Consolidado</b>		<b>Segmento Industrial</b>		<b>Segmento Financeiro</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>294.934</b>	<b>170.987</b>	<b>134.412</b>	<b>39.578</b>	<b>160.522</b>	<b>131.409</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	(10.369)	4.127	(10.369)	4.127	-	-
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas	16.366	19.559	16.366	19.559	-	-
Adições de imobilizado	(52.465)	(72.274)	(52.435)	(72.187)	(30)	(87)
Adições de intangível	(1.827)	(1.270)	(1.621)	(1.215)	(206)	(55)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	1.291	405.950	1.291	405.950	-	-
<b>Caixa líquido obtido das atividades de investimentos</b>	<b>(47.004)</b>	<b>356.092</b>	<b>(46.768)</b>	<b>356.234</b>	<b>(236)</b>	<b>(142)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ações em tesouraria	665	1.802	665	1.802	-	-
Emissão de ações	-	43.707	-	43.707	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	567.914	641.263	425.699	425.650	142.215	215.613
Pagamento de empréstimos - principal	(937.213)	(878.397)	(638.035)	(592.531)	(299.178)	(285.866)
Pagamento de empréstimos - juros	(118.600)	(121.464)	(83.094)	(87.934)	(35.506)	(33.530)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	(17.140)	(118.432)	(16.475)	(116.693)	(665)	(1.739)
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento</b>	<b>(504.374)</b>	<b>(431.521)</b>	<b>(311.240)</b>	<b>(325.999)</b>	<b>(193.134)</b>	<b>(105.522)</b>
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	5.744	(17.261)	5.744	(17.261)	-	-
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(250.700)</b>	<b>78.297</b>	<b>(217.852)</b>	<b>52.552</b>	<b>(32.848)</b>	<b>25.745</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.209.459	1.131.162	1.164.550	1.111.998	44.909	19.164
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	958.759	1.209.459	946.698	1.164.550	12.061	44.909

## 32 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

### (a) Receita líquida por região geográfica

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Brasil	2.086.033	1.738.293
África	87.967	92.889
Austrália	325.078	367.251
China	65.909	63.432
Peru	1.029	4.783
México	309.977	307.445
	<b>2.875.993</b>	<b>2.574.093</b>

**(b) Ativo imobilizado, ágio e intangível por região geográfica**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Brasil	713.282	735.523
África	13.920	12.203
Austrália	112.321	128.340
Canadá	49.416	45.504
China	3.675	4.111
México	16.523	17.174
Uruguai	59	58
Peru	-	45
	<u>909.196</u>	<u>942.958</u>

**33 Evento Subsequente**

De acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de fevereiro de 2018, foi aprovado o pagamento de dividendos por conta do exercício de 2017, no valor de R\$ 19.330 a serem pagos a razão de R\$ 0,021 por ação a partir de 29 de março de 2018. Os dividendos serão descontados das reservas de lucros destinadas no exercício de 2017.

\* \* \*